



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



DECRETO LEI Nº. 1.058/2019 DE 23 DE SETEMBRO DE 2019

**"PROMOVE O CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS E GASTOS NO
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

VALMIR DA SILVA, Prefeito Municipal de Iporanga,
Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, o disposto no § 1º do artigo da
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no que diz respeito ao
equilíbrio das contas públicas;

CONSIDERANDO, as disposições do artigo 9º da
citada Lei Complementar;

CONSIDERANDO, que o desempenho da receita
não está atingindo as metas bimestrais estabelecidas nos termos do artigo 13
da citada Lei Complementar;

CONSIDERANDO, que a receita efetivamente
realizada não permitirá a obediência ao cronograma de execução mensal de
desembolso estabelecido;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o
equilíbrio financeiro do tesouro municipal, DECRETA;

Art. 1º - Os órgãos da Administração Pública Municipal, para maior
controle, dos gastos públicos, deverão, a partir desta data, e até o
encerramento do corrente exercício, seguir as determinações emanadas do
presente ato, bem como das Legislações Federal e Municipal que regem a
matéria.

Art. 2º - Os gastos públicos somente poderão ser realizados mediante
Ofício de Requerimento encaminhado ao Setor de Compras, o qual deverá ter
autorização expressa do Chefe do Executivo, cuja destinação deverá ser para
casos de extrema urgência e necessidade ou de caráter continuado, e deverão
necessariamente estar previstas na LDO e LOA, e desde que esteja
devidamente demonstrada a efetiva disponibilidade financeira de recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



Parágrafo Único – Executam-se do disposto neste artigo os gastos com despesas cuja receita seja oriunda de convênio ou aquelas vinculadas constitucionalmente às aplicações no ensino.

Art. 3º - As Secretarias Municipais, através de seus gestores, ficam obrigados a prover a redução de 40% (quarenta por cento) nas despesas de custeio e com material de consumo em geral.

Parágrafo Único - Compete a cada Secretaria instituir um Plano de Ação, visando a redução de gastos mencionado no caput deste artigo, bem como disciplinar o uso de equipamentos em geral, incluindo-se computadores, internet, telefone, energia elétrica e outros que demandem consumo de energia.

Art. 4º - Ficam determinadas as seguintes medidas de contenção de despesas:

I – Fica suspensa toda e qualquer compra direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, sendo que em caso de necessidade de compra de quaisquer bens de consumo, utensílios ou similares, deverá a requisição ser efetuada pelo Secretário titular da pasta, e encaminhada ao Gabinete do Prefeito Municipal;

II – Fica suspensa a realização de todo e qualquer evento, participação em eventos ou atividades que envolvam despesas extras, diferente daquelas previstas, com exceção daquelas que envolva cumprimento de metas e de objetivos de ordem legal e de convênios, nas áreas da Educação, da Saúde e da Ação Social e devidamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;

III – Ficam recomendadas que as ligações dos telefones da Prefeitura para telefone móvel (celular) devem ser evitadas, exceto aquelas efetuadas pelo Chefe do Executivo e pelo Gabinete, no cumprimento de suas funções institucionais, devendo-se utilizar prioritariamente os sistemas de ligações por aplicativos;

IV – As ligações interurbanas somente serão realizadas após a autorização do Secretário da respectiva pasta e preferencialmente dentro do horário de menor tarifação, devendo-se tanto quanto possível substituí-las por correspondências enviadas através de e-mail.

V – As cópias de documentos deverão ser autorizadas pelo Secretário de cada pasta.

VI – As despesas com diárias de servidores somente poderão ser efetivadas mediante prévia autorização do Chefe do Executivo, excetuada na área da saúde, que poderá ser autorizada pelo Secretário Municipal de Saúde;

VII – A realização de horas extras e a concessão de adicional noturno deverão ser evitadas, cabendo ao gestor de cada pasta fazer os procedimentos de adaptação da escala, para que haja uma efetiva redução;

VIII – Estarão suspensas, até o término do ano corrente, as concessões de novos benefícios ou gratificações que acarretem incremento da folha de pagamento;

IX – Ficam suspensas as concessões de férias, excetuadas àquelas que já se encontram provisionadas para os próximos 30 (trinta) dias e àquelas que encontram-se em iminente risco de dobra, devendo o Setor de Recursos



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiafa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



Humanos verificar cada caso, conforme as diretrizes estabelecidas neste artigo;

X – A partir desta data não serão fornecidos auxílios, concessões e/ou ajudas financeiras a outros órgãos e entidades, excetuadas as subvenções a entidades já aprovadas através de lei específica;

X – Os veículos pertencentes ao Município permanecerão no pátio da garagem municipal, salvo quando não estão a serviço, sendo sua utilização proibida sem autorização do Secretário respectivo;

XI – As viagens com veículos oficiais somente poderão ser realizadas com autorização do Prefeito e Secretário respectivo.

XII – As obras e serviços de Engenharia que estejam em andamento terão seus gastos revistos e sua continuação dependerá de autorização do Chefe do Executivo, exceto aqueles cujos recursos sejam objetos de Convênios.

XIII – os pedidos de licenças não remuneradas e de demissão voluntárias serão indeferidos de plano, devendo o Setor de Recursos Humanos informar ao Servidor acerca do indeferimento.

§1º – Cada Secretaria deverá apresentar ao Prefeito Municipal mensalmente, até o dia 15 do mês subsequente, relatório das medidas administrativas que realizou, contando, na medida do possível, o lançamento dos resultados objetivos ou circunstanciados.

§2º - As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes adotarão as medidas e os procedimentos necessários à redução de despesas de custeio administrativo e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto;

§3º - Os ordenadores de despesas poderão ser responsabilizados pelo não cumprimento das obrigações previstas neste Decreto;

Art. 5º - As Secretarias Municipais devem observar e tomar as providências necessárias para o pagamento integral das seguintes obrigações:

a) Economia de combustível, energia elétrica e uso de telefones, e redução no consumo de materiais;

b) Readequação dos contratos vigentes de acordo com o preço de mercado e momento econômico;

c) As homologações de novas licitações para empenhos orçamentários no presente exercício deverão ser realizadas após a aprovação dos saldos reservados na LOA vigente e verificação do momento econômico-financeiro pela Secretaria Municipal de Finanças com autorização superior.

Art. 6º - Ficam suspensas a partir desta data e até a adequação dos limites com pessoal:

I – novos afastamentos ou cedências de servidores com ônus para o Município, para todo e qualquer órgão;

II – concessão de licenças para trato de interesse particular, quando implicarem em nomeações para substituição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiafa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



Art. 7º - A Fazenda Municipal deverá emitir carta de aviso de vencimento e cobrança aos devedores do IPTU 2019, sensibilizando-os sobre os acréscimos decorrente da futura execução fiscal judicial, disponibilizando na Tesouraria, caixa exclusivo para agilizar os serviços de recebimentos.

Art. 8º - Os casos omissos no presente ato serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 1.056, de 06 de Setembro de 2019.

Iporanga, 23 de setembro de 2019.


VALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal